



Juizes voltam a manifestar solidariedade a De Sanctis

A decisão do Supremo, de pedir informações ao CNJ sobre o andamento da representação feita pelo ministro Gilmar Mendes contra o juiz Fausto De Sanctis, da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, provocou reações dos representantes da magistratura. O presidente da AMB, Mozart Valadares, e o da Ajufe, Fernando Mattos, entenderam que não cabe punição a De Sanctis, já que ele decidiu no exercício de suas atribuições jurisdicionais.

No julgamento desta quinta-feira (6/11/2008), o ministro Cezar Peluso propôs que o Supremo tomasse providências junto ao Conselho Nacional de Justiça para apurar os atos do juiz. Depois de discutir com colegas, ficou acertado que a presidência do STF solicitará ao CNJ informações sobre o primeiro pedido de providência feito no caso, quando o ministro Gilmar Mendes deu a segunda liminar para libertar o banqueiro Daniel Dantas, preso por ordem de De Sanctis.

Os ministros criticaram duramente o fato de o juiz De Sanctis ter se recusado a prestar informações solicitadas pelo Tribunal Regional Federal de São Paulo, ao Superior Tribunal de Justiça e ao STF a respeito do inquérito da Polícia Federal solicitadas no âmbito do julgamento de pedido de habeas corpus. Interpretaram também como um ato de desobediência ao Supremo a segunda ordem de prisão decretada pelo juiz contra o banqueiro, logo após a liminar em Habeas Corpus concedida pelo ministro Gilmar Mendes, que o colocou em liberdade.

O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Mozart Valadares, teme que o Supremo leve a cabo a possibilidade de punir o juiz Fausto De Sanctis. Ele reafirma a posição da AMB contra qualquer tentativa de punir um magistrado por conta de uma decisão judicial. “A independência de qualquer juiz, de qualquer tribunal ou vara tem que ser preservada. Jamais um magistrado pode sofrer ameaça por decisões tomadas no exercício da função judicial” afirmou Valadares à revista **Consultor Jurídico**.

Pelos mesmos motivos, a ameaça de punir magistrados que expressaram solidariedade a De Sanctis é repudiada pelo presidente da AMB. “As manifestações de solidariedade publicadas na época foram feitas como uma forma dos juízes se colocarem contra qualquer tentativa de constranger a decisão de De Sanctis. Não aceitamos que os juízes sejam punidos por essa atitude. É inadmissível. Todo juiz tem o direito de manifestar solidariedade” declarou.

Também para o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mattos, a punição cogitada pelos ministros contra os juízes que assinaram a lista em solidariedade ao juiz Fausto De Sanctis é inaceitável. “Os juízes defenderam a independência funcional, que é tanto do juiz De Sanctis quanto do presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes”, diz. Ele não acredita que uma medida do tipo possa acontecer na realidade.



Em relação ao novo pedido de informações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), feito pelos ministros em relação à apuração do comportamento de De Sanctis, o presidente da Ajufe se mostrou preocupado. “O caso estava resolvido”, diz. Segundo ele, a Ajufe chegou a perguntar ao ministro Gilmar Mendes se o documento era uma representação contra o magistrado, mas ele teria respondido que a medida era tinha caráter somente estatístico.

Já o ex-presidente da Ajufe, o juiz Walter Nunes, criticou duramente a postura do Supremo contra os juízes solidários a De Sanctis. Segundo ele, qualquer repressão contra os magistrados terá uma resposta muito forte. “Com certeza a Ajufe não vai ficar de braços cruzados. Não se vai aceitar censura contra juízes que saiam em defesa de seus colegas”, diz. Segundo ele, houve precipitação dos ministros Celso de Melo e Cezar Peluso. “A categoria é formada por pessoas independentes e com compromissos éticos”, afirma.

A procuradora regional da República Janice Ascari também recebeu com indignação a decisão do Supremo. “Na verdade a liberdade de Daniel Dantas em si fica uma coisa secundária diante da gravidade do STF conhecer diretamente de uma decisão de primeiro grau. É o chamamos de HC Canguru, porque pulou de instância e foi diretamente para o Supremo.” Segundo a procuradora, houve um julgamento político: “Hoje eu parei e me perguntei: ‘do que o Daniel Daniel está sendo acusado mesmo?’. Foi feita um operação para condenar o delegado, o juiz, enquanto Daniel Dantas está aonde? É uma inversão absurda de valores”.

Depois de ratificar as decisões de Gilmar Mendes, o plenário do STF ensaiou discussão sobre pedido de punição ao juiz por desobediência ao TRF, ao STJ e ao STF — tribunais por onde passou o pedido de habeas corpus em questão. Mas o presidente da Corte decidiu encerrar a sessão ao perceber que o tribunal se dividiria nessa matéria.

Date Created

06/11/2008